

Descontinuidades epistemológicas nas Teorias da Comunicação: um estudo das taxonomias entre 1969 e 2011

Epistemological discontinuities in Communication Theory: a taxonomical and diachronical approach (1969-2011)s

Luis Mauro Sá Martino

PPG em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero

Professor do Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP

lmsamartino@gmail.com

Resumo: A pergunta “o que é uma teoria da Comunicação” é tema recorrente na epistemologia, e recebe respostas diferentes conforme os critérios utilizados para definir se, e em que medida, uma teoria está relacionada ou não à área de Comunicação. A partir da análise de obras diretamente dedicadas ao tema publicadas no Brasil entre 1969 e 2011, este texto identifica e delinea três momentos de mudança na taxonomia da Teoria da Comunicação: (a) as definições do que seria “teoria” para a então recém-constituída área, anos 1960; (b) a taxonomia baseada em “escolas teóricas” nos anos 1990; e (c) o crescimento da área e das discussões epistemológicas a partir de anos 2000. Essas mudanças são relacionadas com o contexto institucional e epistemológica procurando discutir algumas condições dessas mudanças.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria da Comunicação. Pesquisa. Instituições.

Abstract: *The growth of media and communication research area seems to have raised an epistemological problem concerning what kind of theories could support such investigations. The question ‘what is a communication theory?’ has found a number of different answers according to the criteria employed to define whether a theory is related to communication. This paper examines the specialized literature published in Brazil under this title from 1969 to 2011 to outline three shifts in the taxonomy of communication theory: (a) the definitions of what would be ‘theory’ for the newly constituted area in the 1960s; (b) the taxonomy of ‘schools’ from 1990 to 2000s; (c) the rise of epistemological concerns in the 2000s. The discussion frames the criteria shifts in a broader institutional and epistemological context in order to elucidate some of its reasons..*

Keywords: *Music Video, YouTube, Brazilian Rock*

Introdução

Objeto de publicações específicas e artigos em periódicos acadêmicos, e mesmo de um periódico específico, a revista “Questões Transversais”, lançada em 2013, além de quatro números da revista *Matrizes*, em 2012 e 2013, a *Epistemologia da Comunicação* aparentemente também encontra reconhecimento institucional na forma de projetos temáticos apoiados por órgãos de fomento à pesquisa, além de ter espaço nos principais eventos acadêmicos da área. A demonstração da presença institucional e acadêmica das questões epistemológicas não demanda, nesse sentido, elucidação exaustiva.

Nesse contexto, as teorias da Comunicação aparecem como um tema privilegiado de discussão, recebendo uma considerável atenção na literatura da área no delineamento de várias de suas dimensões. O vínculo de teorias com a área de Comunicação é analisado, sob diferentes prismas, nos trabalhos de L.C. Martino (2001a; 2001b; 2007; 2010), Marcondes Filho (2010); Russi-Duarte (2010); Felinto (2007), Albuquerque (2002), L. M. Martino (2008; 2009; 2011), Mattos (2006) e Braga (2001; 2004; 2010a). Um ponto de investigação refere-se, entre outras questões, a quais teorias pertencem à área de Comunicação ou, em outras palavras, o que é uma teoria “da Comunicação” no sentido de identificar uma diferença específica, por exemplo, em relação a outros repertórios conceituais.

O objetivo deste texto é observar algumas das mudanças taxonômicas responsáveis pela definição do que é uma “teoria da Comunicação”. A partir da análise do *corpus*, constituído pela literatura específica publicada sob esse título entre 1969 e 2011, são pontuados três momentos nos quais, sugere-se, é possível verificar uma alteração nos critérios a respeito do que é “Teoria da Comunicação”: (a) as indefinições teóricas nos momentos de constituição da área, nos anos 1960 e início dos anos 1970; (b) a classificação por “escolas” a partir dos anos 1990; (c) as buscas epistemológicas para a constituição de teorias nos anos 2000.

Esses momentos são pensados no contexto de formação da área, discutindo os riscos e possibilidades dessa pluralidade teórico-metodológica. O texto se localiza na continuação de pesquisas e interlocuções anteriores – cf. Martino, L. M. (2008; 2009; 2011), Martino, L. C. (2001; 2007); Russi-Duarte (2010) e Mattos (2006), entre outros – da qual derivam outros questionamentos.

A observação da literatura especializada da área, isto é, os livros intitulados “Teoria(s) da Comunicação”, sugerem um panorama bastante amplo de teorias, conceitos e ideias associadas à área, de maneira que, ao primeiro olhar, a percepção do que é uma “teoria da Comunicação” não se apresenta de modo transparente. Mais ainda, a observação dessas obras, e, em um círculo maior, e igualmente mais difuso, de obras

“teóricas” sobre Comunicação (ainda que sem o título específico) indicam uma pluralidade discutida há longo tempo por autores da área – cf. Santaella (1982), Epstein (1984), Ferrara (2007) ou Braga (2010a).

Tabela 1: O *corpus* do trabalho em ordem cronológica

<p>PIGNATARI, D. <i>Informação. Linguagem. Comunicação</i>. São Paulo, Perspectiva, 1967.</p> <p>VELOZO, S. L. <i>Teoria Geral da Comunicação Coletiva</i>. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1969.</p> <p>D’AZEVEDO, M. C. <i>Comunicação. Linguagem. Interação</i>. Porto Alegre: Ed. URGs, 1970.</p> <p>MELO, J. M. <i>Comunicação social: teoria e pesquisa</i>. Petrópolis, Vozes, 1971.</p> <p>REVISTA DE CULTURA VOZES. <i>Teoria da Comunicação</i>. Petrópolis, Vozes, Ano 65, Vol. 65 no. 9, Novembro 1971.</p> <p>REVISTA DE CULTURA VOZES. <i>Escolas de Comunicação e Profissionalização</i>. Petrópolis, Vozes, Ano 66, Vol. 66 no. 8, Outubro 1972.</p> <p>SÁ, Adisia (org.) <i>Fundamentos científicos da Comunicação</i>. Petrópolis, Vozes, 1973.</p> <p>MOREIRA, R. <i>Teoria da comunicação: ideologia e utopia</i>. Petrópolis, Vozes, 1979</p> <p>BELTRÃO, L. <i>Teoria geral da comunicação</i>. 3a. edição, Brasília, Thesaurus, 1982</p> <p>BELTRÃO, L. e QUIRINO, N. <i>Subsídios para uma teoria da comunicação de massa</i>. São Paulo, Summus, 1986</p> <p>GOMES, P. <i>Tópicos de Teoria da Comunicação</i>. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 2001. (primeira edição em 1995).</p> <p>RÜDIGER, F. <i>Introdução à Teoria da Comunicação</i>. São Paulo, Edicon, 1998.</p> <p>MELO, J. M. <i>Teoria da Comunicação: Paradigmas Latino-Americanos</i>. Petrópolis, Vozes, 1999.</p> <p>POLISHUK, I. e Trinta, A. R. <i>Teorias da Comunicação</i>. Rio de Janeiro, Campus, 2002.</p> <p>HOHFELDT, A. <i>et alli. Teorias da Comunicação</i>. Petrópolis, Vozes, 2002.</p> <p>COSTA, R. <i>et alli. Teoria da Comunicação na América Latina</i>. Curitiba, UFPR, 2006.</p> <p>SANTOS, R. <i>As Teorias da Comunicação</i>. São Paulo, 2003.</p> <p>MARTINS, L. <i>Teorias da comunicação no século XX</i>. Brasília, Casa das Musas, 2005.</p> <p>VILALBA, R. <i>Teoria da Comunicação</i>. São Paulo, Ática, 2007.</p> <p>MARTINO, L. M. S. <i>Teoria da Comunicação</i>. Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>NUNES, A. <i>Teorias da Comunicação</i>. Maceió: Ed. UFAL, 2011</p>
--

A perspectiva diacrônica do discurso teórico sobre Comunicação – se é possível a referência a esse conjunto de saberes como “discurso” – sugere não só que essa pluralidade está presente desde o início da constituição institucional da área mas também parece ter sido continuamente reformulada com a inclusão/exclusão de teorias.

Antes de prosseguir, uma ressalva metodológica.

A localização de “momentos” nos quais aparentemente é possível identificar mudanças no que é considerado “teoria da Comunicação” não é feita no sentido de tratá-los como cortes definitivos, deprovidos ambivalências; ao contrário, trata-se de um procedimento metodológico focalizar pontos específicos dentro de processos históricos, epistemológicos e sociais consideravelmente mais amplos, cujos desenvolvimentos complexos ultrapassariam a escala deste artigo.

Em segundo lugar, na obtenção do *corpus* contém, em sua origem, um elemento de acaso que talvez seja interessante explicitar. Na

medida em que o objeto é constituído por livros intitulados “Teoria da Comunicação”, buscou-se obras com esse título em bibliotecas universitárias e livrarias. Os títulos mais antigos, além disso, foram obtidos em lojas, físicas ou virtuais, de livros usados. No entanto, um mapeamento completo da produção, sobretudo daquela anterior aos anos 1990, exigiria um trabalho de exploração além dos limites desta pesquisa.

O texto se desdobra em três partes. Na primeira, procuram-se delinear preliminarmente algumas relações entre problemas institucionais e epistemológicos na origem da área de Comunicação no Brasil. Em seguida, observa-se a constituição de matrizes taxonômicas, em particular da divisão por “escolas teóricas”. Finalmente, há uma referência ao questionamento recente mesmo dessas matrizes. Nas considerações finais busca-se, a partir daí, a formulação de novos questionamentos.

A fundamentação teórica na formação da área

A “constituição” do campo da Comunicação, para usar a expressão de Braga (2002) se dá de maneira fragmentária, na intersecção de fatores políticos, institucionais, empresariais e, aparentemente em último lugar, teóricos. De saída, vale recordar que se trata, inicialmente, da regulamentação de cursos de Jornalismo, posteriormente acrescidos de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Cinema e Editoração, reunidos em uma área de “Comunicação” – mapeamentos mais detalhados podem ser encontrados em Afonso (2002), Moura (2002) ou Melo (2009).

Vale a pena, nesse sentido, dedicar um primeiro momento às condições específicas de legitimação institucional de saberes.

A legitimidade das ideias, teorias e conceitos, bem como sua validade e circulação, parece ter, dentre as suas dimensões, um aspecto institucional que não pode ser deixado de lado como parte da investigação epistemológica, se esta palavra pode ser entendida como uma discussão não apenas a respeito dos pressupostos de validação lógicos e ontológicos de conceitos e teorias, mas também das condições específicas de atribuição de um determinado *status* a partir do qual é possível discutí-los – cf., por exemplo, Bourdieu (1983).

Há, entre o político e o epistemológico, tensões, confrontos, diálogos que se articulam, entre outros espaços, no nível institucional. Barthes (1982) coloca a questão em termos de uma operacionalização institucional dos saberes em torno de elementos válidos e/ou inválidos. A legitimação das proposições em circulação dentro do campo estão vinculadas não apenas à demonstração de sua validade conceitual no sentido de um “poder de explicação”, mas também a partir da trajetória de quem a enuncia – acumulada, *grosso modo*, como o “capital científico” responsável pelo reconhecimento prévio do falado como válido para ser ouvido por conta

do falante.

O espaço institucional, com suas normas explícitas e implícitas, seus “modos de fazer” articulados com “modos de ver” é um lugar privilegiado para o estabelecimento de distinções normativas, classificações e taxonomias referentes aos seus objetos a partir da elaboração e ação de dispositivos responsáveis por sua manutenção. Dessa maneira, os dispositivos institucionais – que não podem ser, por sua vez, tomados em uma ontologia, mas pensados também em termos históricos e sociais – parecem se relacionar com as possibilidades de elaboração de um discurso epistemológico. A epistemologia parece comportar uma dimensão institucional normativa que, de diversas maneiras, indicando a presença de diversas exogenias como elementos contextuais geradores de transformações em uma área do saber, como, por exemplo, indicam de maneira diversa Ferreira (2003), Santaella e Nöth (2003), Mattos (2006), Romancini (2006) ou Orozco e Gonzales (2011).

A formação da área de Comunicação no Brasil aparentemente seguiu um caminho oposto ao da demanda teórica: criada uma área por decisão política, tornava-se necessário preenchê-la com teorias – cf., Lima (1981); para um desenvolvimento maior, ver Melo (1983) ou Martino (2012).

É sintomático que um dos primeiros trabalhos sobre o tema seja intitulado “Teoria Geral da Comunicação Coletiva”, escrito por Sérgio Luiz Velozo (1969), seja publicado pela editora “O Cruzeiro”, responsável pela revista de mesmo nome. Na origem de um dos primeiros trabalhos brasileiros sobre Teoria da Comunicação está uma empresa de Comunicação, não uma universidade ou centro de pesquisa.

Embora houvessem propostas para cursos de “Comunicação”, como a de Pignatari (1971), um primeiro balanço das questões de ensino e pesquisa mostra-se bastante insatisfatório, como mostra pesquisa publicada no ano seguinte por Dória (1972). Vale notar que os primeiros trabalhos teóricos da área estão ligados à Sociologia, com a obra pioneira de Cohn (1973) ou originalmente à Teoria da Cultura, como a coletânea organizada por Lima (1973). Seria possível dizer que a área de Comunicação não foi criada como tal no sentido acadêmico, mas como um espaço de formação/atuação profissional. Há um primeiro momento de descontinuidade no que toca à Comunicação no momento mesmo de sua implantação.

À disposição de estudantes e interessados havia disponível uma bibliografia que parecia se amparar em estudos derivados da Cibernética, como Wiener (1968), Teoria da Informação ou dos Meios, caso de Pignatari (1967), Berlo (1968), Eco (1968) e McLuhan (1969) – ao menos essa é parte da bibliografia de uma apostila universitária intitulada “Comunicação, Linguagem, Automação” organizada por M. C.

D’Azevedo (1970) e publicada pela então Universidade do Rio Grande do Sul, atualmente UFRGS.

Um indicador dessa descontinuidade inicial é o nome da disciplina.

Intitulada “Teoria da Comunicação”, tem seu nome, afirma Epstein (1987) modificado para “Fundamentos Científicos da Comunicação”, título, aliás, da coletânea publicada por Sá (1973) e do livro de Beltrão (1973). O conteúdo cobre uma área considerável, tratando desde processos biológicos até questões sociais e de linguagem. Dória (1972) mostra certo descontentamento dos estudantes de Comunicação da época com a falta de limites estabelecidos. O nome “Teoria da Comunicação” volta a ser mencionado em 1978 por Lins da Silva (1978). Vale lembrar que o mencionado livro de Beltrão (1973) intitulado “Fundamentos Científicos da Comunicação” é ganha uma nova edição, modificada, em 1982 sob o título “Teoria Geral da Comunicação” – ver Beltrão (1982).

Abandona-se, nos anos 1980, a noção dos “Fundamentos Científicos” em prol da “Teoria da Comunicação”, nome que passa, então, a definir um dos elementos essenciais da área. A perspectiva de uma referência “científica” cai em desuso nesse momento, sugerindo uma modificação, ainda que parcial, na auto compreensão da área.

Nestes primeiros momentos, no horizonte da pesquisa e reflexão teórica em Comunicação, nota-se a presença de uma bibliografia predominantemente norte-americana, em especial dos livros de DeFleur (1976), Dance (1978) e Littlejohn (1975). Uma incorporação posterior é o livro de Mauro Wolf (1985), mas em tradução portuguesa, de alto custo e acesso relativamente difícil. Assim, estudar “Teoria da Comunicação” remetia a um espaço pouco povoado por discursos epistemológicos.

Assim, é possível identificar algumas indicadores dessa descontinuidade originária na constituição das perspectivas teóricas da Comunicação no que diz respeito a sua formação, como demanda política e empresarial com a qual se tensionam questões de caráter acadêmico. Os impasses verificados a partir do nome da disciplina, mas também em relação ao conteúdo teórico que a preenche, são mantidos no momento seguinte.

A taxonomia por escolas teóricas: as “Teorias da Comunicação”

Se é possível tomar como ponto de partida – arbitrário, sem dúvida, e que não deve ser tomado como referência absoluta senão como indicador relativo – a publicação, no final dos anos 1960, de “Informação. Linguagem. Comunicação”, de Décio Pignatari (1967), com um capítulo específico sobre Teoria da Comunicação, como uma espécie de abertura na especificação das buscas sobre o tema, nota-se pouco desenvolvimento do assunto nos anos seguintes, com uma relativa escassez de obras

dedicadas ao tema.

Podem ser indicadas oito obras, a maior parte delas trabalhando questões sobre os “meios” ou a “comunicação de massa”, com espaço para questionamentos sobre produção e “efeitos sociais” mas com pouca definição a respeito das correntes teóricas de estudo. Isso não significa dizer, em absoluto, que não houvesse reflexão teórica sobre comunicação nesse ou em momentos anteriores, ou que outras correntes não estivessem em processo de diálogo e articulação, ou mesmo assimilação, nos estudos acadêmicos de Comunicação.

Em texto dos anos 1980, Venício Lima (1983) já apresenta quatro matrizes teóricas como indicadores de trilhas e caminhos da Comunicação. No entanto, a bibliografia específica apenas tardiamente vai incorporar essas tradições teóricas no âmbito da área. Na classificação igualmente feita por Lima (2001) na década seguinte não apenas o número de “teorias da Comunicação” dobra como também nota-se a incorporação de perspectivas novas a respeito dos referenciais já presentes. A classificação de Marcondes Filho (2002, p. 186), por seu turno, segue em linhas gerais a mesma divisão, mas reservando espaços para distinguir a “crítica contemporânea” na teoria cultural e a “Galáxia de Gutemberg” para situar os estudos de McLuhan e da chamada “Teoria do Meio”. Observa-se também nas três matrizes a presença de teorias outras além daquelas de matrizes Sociológico ou Semióticas – embora a problemática dessas afiliações não desapareça.

Nota-se, na matriz de Marcondes Filho, a ausência dos Estudos Culturais ou da Teoria das Mediações. O primeiro compõe as duas matrizes de Lima, ficando a Teoria das Mediações apenas para a de 2001.

Vale notar que a obra principal da Teoria das Mediações, o livro de Martin-Barbero (1997) só é publicada no Brasil dez anos após sua publicação original, e a tradução de alguns trabalhos sobre os Estudos Culturais aparece na mesma época. No caso específico da Escola de Frankfurt, é possível indicar um caminho de apropriação a partir da obra sociológica de Cohn (1971) e das coletâneas organizadas por Lima (1969) e, novamente, Cohn (1971) – cf., para detalhes, Rodrigues e Martino (2011).

Em contraste, no intervalo entre 1995 e 2013, são publicadas outras 19 obras intituladas “Teoria da Comunicação”, seja como exposição crítica das teorias incorporadas à área, como Gomes (1995), Martino, L. M. (2009) e Nunes (2013), seja como avaliação das premissas epistemológicas de sua constituição, caso das coletâneas de Martino, L. C. (2007) ou Martino e Ferreira (2006). A produção do período é marcadamente elaborada por pesquisadores brasileiros.

O cotejamento de três matrizes expostas com as “Teorias da

Comunicação” elaboradas, respectivamente, em Lima (1983; 2001) e Marcondes Filho (2002) auxilia a verificação dessa questão.

Tabela 1: O *corpus* do trabalho em ordem cronológica

Lima, 1983	Marcondes Filho, 2002	Lima, 2001
Funcionalismo	Escola de Frankfurt	Manipulação (Pesquisa norte-americana)
Escola de Frankfurt	Crítica Tradicional	Influência (Pesquisa norte-americana)
Estruturalismo	Crítica contemporânea	Função (Pesquisa norte-americana)
Estudos Culturais	Funcionalismo empírico e teórico	Informação (Teoria da Informação)
	Semiologia clássica Semiologia contemporânea	Linguagem (Estruturalismo, Semióticas)
	Semiologia Crítica	Mercadoria (Escola de Frankfurt)
	Semiótica	Cultura (Estudos Culturais)
	Linguística pragmática	Diálogo (Paulo Freire)
	Informático-cibernética	
	Galáxia de Gutenberg	

Elaborada pelo autor a partir de adaptações de Lima (1983, p. 95), Lima (2001, p.32), Marcondes Filho (2002, p. 186).

Assim, se na produção teórica até meados dos anos 1990 era possível identificar uma maior homogeneidade teórico-epistemológica na pesquisa, nota-se igualmente a inscrição em um discurso relativamente pouco ramificado, situação que é modificada na produção posterior com a incorporação de outras matrizes teórico-conceituais.

É possível observar igualmente, a partir disso, certa ampliação na elasticidade do conceito de “Comunicação” em si a partir de seu uso por matrizes teóricas diversas. O aumento numérico na produção de livros sobre “Teoria da Comunicação” aparentemente está relacionado também com o contexto da formação de novos delineamentos de fronteiras da área de Comunicação, que se amplia com a incorporação de outros olhares e definições a respeito do que é “comunicação”. Em outras palavras, o aumento de matrizes teóricas parece implicar em uma ampliação semelhante no “campo da experiência” delineado pelo nome “comunicação”.

Na bibliografia até 1995, parece haver um certo consenso a respeito de dois campos teóricos específicos para o trânsito do conceito de “Comunicação”. O primeiro, não cronologicamente, encontra-se fundado

em uma raiz semiótica – seria o caso de falar ainda em “Semiologia”? –, nos trabalhos de Pignatari (1967) e Santaella (1986), o segundo ancorado em uma raiz sociológica, nas pesquisas sobre “Comunicação de Massa”, este último centrado no estudo da produção, dos efeitos, aspectos sociais e técnicos dos “meios de massa”.

As ambivalências da palavra “comunicação” e mesmo de uma “teoria da comunicação” parecem ser menos marcadas, embora já seja possível localizar uma dicotomia inicial entre uma perspectiva mais “semiótica”, em certa medida caudatária de ecos estruturalistas, e trabalhos de tendência “sociológica” - dicotomia que também pode ser traduzida em termos de foco na “mensagem” disputando espaço com o foco na “produção” e “efeitos” dos meios.

O crescimento no número de obras é paralelo – não se arrisca aqui uma solução causal – ao do número de teorias e à multiplicidade de possibilidades de pensar o conceito de “comunicação” em si. É interessante observar que, em perspectiva comparativa, como observado, a taxonomia epistemológica proposta por Lima (1983; 2001) com um intervalo de quase duas décadas também sugere esse crescimento – são quatro teorias em 1983 e oito em 2001.

Evidentemente poderia-se mencionar igualmente os elementos conceituais relacionados com transformações nos fenômenos comunicacionais responsáveis pela elaboração de novos questionamentos. Não se trata apenas da eclosão da internet, das mídias e ambientes digitais, mas também nas mudanças nas mídias ditas “tradicionais” e nos contextos políticos e econômicos, bem como no número de cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação ao longo desse período, uma discussão que fugiria aos limites deste texto – cf., para detalhes, Beltrán (1977) e Trivinho (2004) e Martino, L. M. (2012).

Das teorias às elaborações epistemológicas

Há um crescimento numérico da produção bibliográfica específica sobre Epistemologia da Comunicação a partir dos anos 2000, permitindo que se pense a emergência do tema como uma discussão importante para a área concomitante ao desenvolvimento não apenas de outros horizontes empíricos, mas também diante da apropriação de teorias articuladas para se pensar esses cenários. Certamente é possível citar trabalhos discutindo matrizes teóricas da Comunicação e reflexões sobre pesquisa anteriores a 1996, como Melo (1986; 1990) ou o trabalho pioneiro de Lopes (1997).

Se, como foi observado, há uma mudança na matriz taxonômica das teorias da Comunicação a partir dos anos 1990, embora já antecipada uma década antes, nota-se que de Gomes (1995) a Nunes (2011) a produção nacional relacionada às Teorias da Comunicação pautou-se

largamente em uma matriz de “escolas teóricas”, teorias vinculadas a grupos específicos (“Escola de Frankfurt”, “Estudos Culturais”), ou mesmo nomes particulares (“McLuhan”). No entanto, o emprego dessa matriz não parece ter significado a existência de um consenso a respeito do que poderia efetivamente preenchê-las de maneira a se obter uma resposta mais direta sobre o que é uma “Teoria da Comunicação” – cf. Martino, L.M. (2008).

O exame particular de algumas dessas teorias, como faz Martino, L. C. (2011), por exemplo sobre a “Escola Latino-Americana”, de conjuntos de proposições teóricas elaborados, entre outros, por Albuquerque (2002), Felinto (2007) ou Marcondes Filho (2007) ou mesmo de sua pertinência, Ferreira (2007) e Braga (2010b), indicam algumas questões a serem pensadas no sentido de verificar os componentes de uma “teoria da Comunicação” situada articulação/apropriação de teorias oriundas de outros espaços de produção conceitual. Na síntese de Ferrara (2008), observa-se a Comunicação no intervalo entre as Ciências Sociais e a Tecnologia.

A observação da origem das teorias em circulação na área de Comunicação, pensada dentro da matriz de “escolas”, sugere a interlocução com várias outras áreas, em particular a Filosofia (Escola de Frankfurt; Interacionismo Simbólico; algumas Semióticas), Ciências Sociais (Pesquisa Norte-Americana; Escola de Frankfurt; Estudos Culturais) e estudos literários ou de Linguagem (algumas Semióticas; Estudos Culturais). Observe-se, como foi notado alhures, uma tensão com as perspectivas colocadas pelas teorias da Cibercultura que não é, no entanto, absorvida senão de modo oblíquo pelas elaborações teóricas da área – cf. Trivinho (2001); Martino, L.M. (2013).

Instaura-se, assim, um problema desenhado ao longo, mas não só, dos anos 2000: enquanto espaço de intersecção teórica hauridas de outros espaços de produção, de que maneira seria possível destacar a diferença específica da Comunicação? Em que medida o conjunto de teorias utilizadas no estudo da Comunicação seriam, de fato, “Teorias da Comunicação”? Esse questionamento, ramificado em várias instâncias, foi trabalhado por diversos autores ao longo dessa década no sentido de explorar as possibilidades de vinculação epistemológica de teorias que, de algum modo, constituiriam a área de Comunicação.

A questão, trabalhada em termos diversos, é por vezes orientada no sentido de pensar a interdisciplinaridade como característica da Área. Essa postura, no entanto, é tensionada por autores como Martino, L. C. (2001) e, em termos diferentes, por Braga (2010b) na medida em que transversalidades epistemológicas e apropriações talvez não signifiquem, de saída, que a característica de uma área seja a própria indefinição de

seus limites teóricos.

Mais ainda, a própria definição de uma “área” parece se ressentir, em parte, desse problema de indefinição teórico-metodológica e de objeto. Definida, de acordo com a classificação em vigor do CNPq, como “Ciência Social Aplicada”, o saber comunicacional pode ser entendido, a partir de certo ponto de vista, não como a ativação de referenciais teóricos próprios, na construção de uma teoria própria, mas na importação, a partir de critérios nem sempre evidentes, de construtos teóricos de outras áreas aos quais caberia encontrar uma “aplicação” – usa-se, aqui, a palavra específica – em determinados fenômenos empíricos. Ao se mencionar a “Área de Comunicação” o diálogo inicial articula-se institucionalmente com as “Ciências Sociais” em uma associação/dissociação que nem sempre é pensada em termos dialógicos. Girardi (2007), por exemplo, em trabalho que aproxima a sociologia de Bourdieu à Comunicação, destaca que o tema da “Comunicação” não está entre os mais bem-vistos nas Ciências Sociais.

Vale lembrar, com Mattos (2006, p. 17) que a orientação institucional no sentido da constituição da área de Comunicação a partir de suas habilitações específicas desenhou um cenário de pesquisa ancorado sobretudo no objeto empírico, não no teórico – ao que se poderia adicionar o fato de que essa perspectiva sublinhou o aspecto profissional da área, resultando em um adiamento quase indefinido do debate epistemológico fundador.

Aos olhos de um crítico apressado, seria possível dizer, cedendo por um instante à tentação do “marco zero” que uma área fundada nos anos 1960 passa a discutir com redobrado vigor seus princípios epistemológicos fundamentais quarenta anos depois – o que seria, por outro lado, injusto no sentido de descartar todo um naipe de pesquisas teóricas em Comunicação. No entanto, ao menos a partir do exame do *corpus*, observa-se um crescimento numérico de textos dedicados exclusivamente aos problemas epistemológicos da área a partir dos anos 2000.

Vale mencionar, dentre os primeiros trabalhos dedicados ao pensamento epistemológico da Comunicação, trabalho coletivo de Cohn *et alli* (2001), no livro de teorias da Comunicação organizado por Hohfeldt, França e Martino (2001), o texto de Santaella (2003) e a coletânea consagrada ao tema, organizada por Lopes (2003).

Um exemplo dessa institucionalização numérica da discussão epistemológica verifica-se no número de livros dedicados exclusivamente ao tema, em Hohfeldt, França e Martino (2001); Santaella (2001), Weber, Bentz e Hohfeldt (2002), Lopes (2003), Santaella e Nöth (2004), Efendy Maldonado (2006; 2008), Braga, Lopes e Martino (2010) e França e Machado (no prelo).

Além desses, o problema da Epistemologia da Comunicação encontra ainda lugar em um e em inúmeros textos em periódicos científicos, que para uma revisão ultrapassariam o escopo deste trabalho. Para além da enumeração de obras e autores, observa-se um crescimento exponencial das preocupações relacionadas ao método e objeto da Comunicação como maneira de definir, em termos epistemológicos, quais são os limites da fala referente ao estudo das “Teorias da Comunicação” – cf., por exemplo, França (2001), Isler (2002), Peruzzo (2002) ou Barbosa (2004).

Com os riscos e cautelas já assinalados no que se refere à qualquer sugestão de “momentos” distintos – sobretudo em um trabalho dedicado a pensar classificações – pode-se notar, em relação aos tempos anteriores, uma preocupação de se delinear não apenas o que é teoria da Comunicação mas também observar os limites operatórios do próprio conceito na definição do que é a área –se o sentido dos conceitos não pode ser separado de seus usos, o uso muito idiossincrático, lembra Braga (2010a), pode também não contribuir integralmente para a discussão.

Considerações finais

Como foi observado em outros espaços – cf. Santaella & Nöth (2004), Martino, LC., (2001) e Martino, L.M.S. (2011), a formação da área de Comunicação não obedeceu primariamente a demandas teóricas na constituição de um objeto ou campo específico de estudos, mas antes foi pensada a partir de questões políticas e empresariais. A constituição acadêmica da área, de certa maneira posterior a sua delimitação política, bem como as demandas de suas características epistemológicas em conflito desde o início das pesquisas em mídia – seria ousado dizer “comunicação” nesse contexto? – estão entre os elementos responsáveis pela diversidade epistemológica da área, oscilando entre a pluralidade e a dispersão.

É possível verificar, portanto, um crescimento no questionamento das matrizes epistemológicas dos saberes agrupados sob o nome “Teoria da Comunicação” concomitante ao processo de incorporação de teorias de matrizes diversas aos estudos da área – de uma dualidade Sociologia/Semiótica dos anos 1960-1970 à pluralidade de áreas, conceitos, teorias e ideias a partir dos anos 1990s.

Os estudos epistemológicos, concentrados em um primeiro momento na discussão das Teorias da Comunicação dentro de duas matrizes teóricas principais, a Sociologia e a Semiótica com suas inúmeras variações, parece encontrar um divisor de águas a partir da metade da década de 1990. Nota-se um movimento parcial (não completo, uma vez que isso pressuporia o desaparecimento do anterior) do estudo das teorias da Comunicação como discursos já formados e em vias de operacionalização na área de Comunicação para o surgimento de questionamentos

a respeito de seus fundamentos. A ramificação de objetos e perspectivas é acompanhada de uma mudança na abordagem teórica, que incorpora novas “teorias” à área de Comunicação em uma pluralidade que, ao que tudo indica, de certa maneira tem alguma relação com a discussão sobre a validade e pertinência dessas teorias. A pluralidade de teorias incorporadas à área de Comunicação parece ter sido acompanhada de um questionamento a respeito do que define uma teoria de qualquer outra origem como “teoria da Comunicação”.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, M. A. Ensino: sonhos e pesadelos do curso pioneiro. In: MELO, J. M. *Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras*. São Paulo: Angellara, 2006.
- ALBUQUERQUE, A. Os desafios epistemológicos da comunicação mediada por computador. *Revista Fronteiras*. Vol. IV, n.2, Dezembro 2002.
- BARBOSA, M. A pesquisa em Comunicação no século XXI: bases para uma nova ciência?. IN: MELO, J. M. e GOBBI, M. C. *Pensamento comunicacional latino-americano*. São Paulo: Unesco/Metodista, 2004.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. In: VVAA. *Campo da Comunicação*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.
- BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia*. São Paulo: Paulus, 2010a.
- BRAGA, J. L. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. Trabalho apresentado no XIII *Encontro da Compós*, em junho de 2004.
- BRAGA, J. L. Disciplina ou Campo? O desafio da consolidação dos estudos de Comunicação. In: FERREIRA, J.; PIMENTA, F. J. P.; SIGNATES, L. *Estudos de Comunicação: transversalidades epistemológicas*. São Leopoldo: Unisinos, 2010b.
- BRAGA, J. L.; LOPES, M. I.V.; MARTINO, L. C. *Pesquisa empírica em Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.
- DORIA, F. “Dossiê”. In: *Revista de Cultura Vozes*, No. Especial “Escolas de Comunicação e Profissionalização”. Petrópolis: Vozes, Ano 66, , Vol. 66 no. 8, Outubro 1972.
- EPSTEIN, I. Um impasse curricular: Teoria da Comunicação. IN: MELO, J. M. *Ensino de Comunicação no Brasil: impasses e desafios*. São Paulo: Eca/Usp, 1987.
- FELINTO, E. Patologias no sistema da comunicação: ou o que fazer quando seu objeto desaparece. In: FERREIRA, G. e MARTINO, L. C. *Teorias da Comunicação*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.
- FERRARA, L. D’A. *Comunicação, Espaço, Cultura*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FERREIRA, G. M. et alli (orgs.). *Teorias da comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.
- FERREIRA, J. Campo acadêmico e epistemologia da comunicação. In: LEMOS, A. et alli (orgs.) *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- FERREIRA, J. Questões e linhagens na construção do campo epistemológico da Comunicação. In:_____ (org.). *Cenários, teorias e metodologias da Comunicação*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

- FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (orgs.) *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- ISSLER, B. Objetos de pesquisa e campo comunicacional. In: WEBER, M. H.; BENTZ, I. E HOHFELDT, A. *Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LIMA, V. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- LIMA, V. Repensando as teorias da comunicação. In: MELO, J. M. *Teoria e pesquisa em comunicação*. São Paulo: Intercom/Cortez, 1983, p. 86.
- LINS DA SILVA, C. E. Teoria da Comunicação. In: FADUL, A. & MELO, J. M. *Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 1978.
- LOPES, M. I. V. *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARCONDES FILHO, C. *O espelho e a máscara*. São Paulo/Ijuí: Discurso Editorial/Ed. Ijuí, 2002.
- MARTINO, L. C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, S. et alli. *A Comunicação Revisitada*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MARTINO, L. C. Elementos para uma epistemologia da Comunicação. In: VVAA. *Campo da Comunicação*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2001a.
- MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e Objeto de Estudos da Comunicação. In: VVAA. *Campo da Comunicação*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2001b.
- MARTINO, L. C. Uma questão prévia: Existem Teorias da Comunicação? XXX Congresso da Intercom. Santos – SP, 2007.
- MARTINO, L. C. Escola latino-americana de comunicação: equívoco teórico e político. In: FERREIRA, G. M.; HOHFELDT, A.; MARTINO, L. C. e MORAIS, O. J. *Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.
- MARTINO, L. M. S. A ilusão teórica no campo da comunicação. *Famecos*, no.38. Junho-. Agosto. Porto Alegre, 2008.
- MARTINO, L. M. S. O que foi Teoria da Comunicação? Um estudo da bibliografia 1964-1986. XXXIII Congresso da Intercom. Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro de 2010.
- MARTINO, L. M. S. A disciplina interdisciplinar: uma análise de 31 programas de ensino de Teoria da Comunicação. Texto apresentado no GT Estudos Interdisciplinares no XVI Congresso da Intercom Sudeste. São Paulo, 10 a 12 de maio de 2011.

MARTINO, L. M. S. e RODRIGUES, M. C. C. Os usos do conceito de “Indústria Cultural” na pesquisa em Comunicação. *Animus*, Vol. 10, no. 20, 2011, pp.86-101

MATTOS, M. A. Intermitências epistêmicas da Comunicação. In: PINTO, J. e SERELLE, M. *Interações Midiáticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MELO, J. M. *História Política das Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

OROZCO, G. e GONZÁLEZ, R. *Una coartada metodológica*. Mexico: Segahón, 2011.

PERUZZO, C. K. Em busca dos objetos de pesquisa em Comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; BENTZ, I. E HOHFELDT, A. *Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PIGNATARI, D. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1967.

ROMANCINI, Richard. *O campo científico da Comunicação no Brasil*. São Paulo, Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – USP, 2006.

RUSSI-DUARTE, P. Por que ensinar teorias (da comunicação)? Trabalho apresentado no GT Teorias da Comunicação durante o XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UCS – 6 a 9 de setembro de 2010.

SANTAELLA, L. Teoria da Comunicação: considerações para o ensino. *Boletim Intercom*. no. 38, Ano 5, julho-agosto 1982, pp. 24-28.

SANTAELLA, L. *Comunicação e Pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTAELLA, L. e NÖTH, W. *Comunicação e Semiótica*. São Paulo: Hacker, 2003.

WEBER, M. H.; BENTZ, I. E HOHFELDT, A. *Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.